



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA - PR-6

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27 / 2018

(Processo Administrativo n.º 23079.046649/2018-04)

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de **café e açúcar** para atender às necessidades das diversas Unidades Administrativas da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**, atendidas pelo Almoxarifado Central conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	01	02
CÓDIGO SIASG	295332	217370
ESPECIFICAÇÃO	AÇÚCAR, TIPO REFINADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BRANCO, EMBALAGEM DE 1KG	<p>CAFÉ, TIPO EXTRA FORTE TORRADO EXPORTAÇÃO, APRESENTAÇÃO MOÍDO, HOMOGÊNEO, TIPO EMBALAGEM ALTO VÁCUO, VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO, CATEGORIA SUPERIOR, CONSTITUÍDO DE GRÃOS TIPO 6 COB, COM NO MÁXIMO 10% EM PESO DE GRÃOS COM DEFEITOS PRETOS, VERDES E OU ARDIDOS (PVA) E AUSENTE GRÃOS PRETO-VERDES E FERMENTADOS, GOSTO PREDOMINANTE DE CAFÉ ARÁBICA, ADMITINDO-SE CAFÉ ROBUSTA (CONILON), COM CLASSIFICAÇÃO DE BEBIDA MOLE A RIO, ISENTO DE GOSTO RIO ZONA.</p> <p>CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS RECOMENDÁVEIS E NOTA DE QUALIDADE GLOBAL DA BEBIDA: CAFÉS COM CATEGORIA DE QUALIDADE SUPERIOR DEVEM APRESENTAR AROMA E SABOR CARACTERÍSTICO DO PRODUTO, PODENDO SER SUAVE OU INTENSO E OBTER EM ANÁLISE SENSORIAL DA BEBIDA, NOTA DE QUALIDADE GLOBAL NA FAIXA DE 6,0 A 7,2 PONTOS, REALIZADA POR EQUIPE SELECIONADA E TREINADA EM LABORATÓRIOS CREDENCIADOS, FAZENDO USO DE ESCALA DE 0 A 10 PARA QUALIDADE GLOBAL.</p> <p>CARACTERÍSTICAS QUÍMICAS (EXIGIDAS PARA CADA G/100G): UMIDADE EM 5% NO MÁXIMO; RESÍDUO MINERAL FIXO EM 5% NO MÁXIMO; RESÍDUO MINERAL FIXO, INSOLÚVEL EM ÁCIDO CLORÍDRICO A 10% V/ V EM 1,0% NO MÁXIMO; CAFEÍNA EM 0,7% NO MÍNIMO; EXTRATO AQUOSO EM 25% NO MÍNIMO; EXTRATO ETÉREO EM 8,0% NO MÍNIMO. DE DIVERSOS SABORES, ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS</p>

		CONTENDO 500G CADA, TIPO CAFÉ DO SÍTIO A VÁCUO, BARONESA SUPERIOR A VÁCUO, MELITA EXTRA FORTE A VÁCUO, PILÃO EXTRA FORTE A VÁCUO OU SIMILAR.
UNIDADE	KG	PCT 500g'
QTD MÍNIMA SOLICITADA	140	200
QTD TOTAL ANUAL (UASG 153115)	6.000	9.000
QTD TOTAL ANUAL (UASG 158229)	-	300
QTD TOTAL ANUAL (UASG 153135)	400	800
QTD TOTAL ANUAL (UASG 153119)	1.100	1.100
QTD TOTAL ANUAL (UASG 153157)	400	800
QTD TOTAL ANUAL (UASG 153145)	260	300
QTD TOTAL ANUAL (UASG 153133)	200	200
QTD TOTAL ANUAL (UASG 153137)	140	260
QTD TOTAL ANUAL	8.500	12.760
Preço unitário máximo	R\$ 2,41	R\$ 8,32
Valor Total	R\$ 20.485,00	R\$ 106.163,20

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.3. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.

1.4. O item nº 02, café, deverá, ainda, atender às seguintes especificações:

1.4.1. Ponto de torra: Cafés com Categoria de Qualidade Superior podem apresentar pontos de torra numa faixa de moderadamente clara (Agtron / SCAA #75) a moderadamente escura (Agtron / SCAA #45), evitando cafés com pontos de torra muito escuros.

Ficha Técnica – Torração	Nº Disco Agtron	Classificação
Escura	45	Moderadamente Escura
Média	55	Média Clara
	65	Média Clara
Clara	75	Moderadamente Clara

1.4.2. As marcas de café poderão ter o Selo de Pureza da ABIC e / ou Certificado de Qualidade na Categoria Superior emitido pela ABIC.

1.4.3. As marcas de café que não apresentarem o Selo de Pureza da ABIC ou o Certificado de Qualidade na Categoria Superior emitido pela ABIC deverão comprovar a qualidade especificada para o produto, mediante a apresentação de laudo emitido em laboratório credenciado pela ABIC, ou laboratório credenciado junto ao Ministério da Saúde / Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – Reblas, na forma do Acórdão TCU n.º 1985 / 2010-Plenário, Acórdão TCU n.º 1354 / 2010-1ª Câmara e Acórdão nº 1.310 / 2010, da 1ª Câmara, correndo todos os custos por conta da empresa contratada.

1.4.4. O café deverá seguir as seguintes regulamentações:

1.4.4.1. Resolução nº 277 / 05, de 23 de setembro de 2005.

1.4.4.2. Resolução SAA-37, de 09 / 11 / 01, acrescida da SAA-07 de 11 / 03 / 2004 da SAAESP (Norma Técnica para Fixação da Identidade e Qualidade do Café Torrado em Grão e do Café Torrado e Moído), no que se refere especificamente à metodologia de prova dos atributos sensoriais e da qualidade global.

1.4.4.3. Instrução Normativa Nº. 08 do Ministério da Agricultura.

1.4.4.4. Após a(s) entrega(s) a Instituição reserva-se o direito de encaminhar duas amostras do café fechado e lacrado, colhidas no lote fornecido, para a realização de análises em laboratórios credenciados pela ABIC ou Reblas, correndo, o custo destas análises, por conta da Contratada.

1.4.4.5. Nos casos de reprovação, todo o lote será devolvido, devendo ser repostado num prazo máximo de 07 (sete) dias após a comunicação de irregularidade. Em nenhuma hipótese a fatura será liquidada sem o conhecimento prévio do resultado da análise sensorial, ficando por conta do licitante vencedor os custos com a referida análise.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo de tal aquisição destina-se ao abastecimento de diversas unidades administrativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Demandas estas oriundas do planejamento anual do Almoxarifado Central da UFRJ.

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. São participantes os seguintes órgãos:

3.1.1. Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ – UG: 158229;

3.1.2. Instituto de Economia Industrial da UFRJ – UG: 153135;

3.1.3. Prefeitura da Universidade da UFRJ – UG: 153119;

3.1.4. Decanato do Centro de Tecnologia da UFRJ – UG: 153157;

3.1.5. Instituto de Biofísica da UFRJ – UG: 153145;

3.1.6. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – UG: 153133;

3.1.7. Decanato do Centro de Ciências da Saúde – UG: 153137.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os itens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, em seu art. 1º, parágrafo único, e do Decreto nº 5.450, de 2005 em seu art. 2º, §1º.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do(a) nota de empenho, em remessa única, e deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado Central da UFRJ - Rua Paulo Emídio Barbosa, s/nº - Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 21.941-615 - Tel.: 2590-0727.

5.2. O endereço para entrega do material e/ou execução dos serviços dos órgãos participantes:

5.2.1. INSTITUTO DE BIOQUÍMICA MÉDICA DA UFRJ - UG: 158229 - Prédio do Centro de ciências da Saúde/Almoxarifado do Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis - Endereço: Av. Carlos Chagas Filho, nº 373, Inter bloco D-E - Ilha do Fundão - CEP: 21941-902 - Telefones Contato: (21)3938-6789 / (21)3938-6493 - Telefone Almoxarifado: (21)2270-8647.

5.2.2. INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL DA UFRJ - UG: 153135 - Campus da Praia Vermelha, localizado na Av. Pasteur, nº250, andar térreo, Urca - Novo CEP: 22.290-902, Rio de Janeiro-RJ - Brasil, Sala 128, Setor de Almoxarifado, aos cuidados do Sr. Gilbran Menezes Costa. O horário de recebimento é das 09:00 às 15:00 h.

5.2.3. PREFEITURA DA UNIVERSIDADE DA UFRJ - UG: 153119 - Endereço: Praça Jorge Machado Moreira, nº 100, Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21.941-598.

5.2.4. DECANATO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA UFRJ - UG: 153157 - Endereço: Av. Athos da Silveira Ramos, 149, Bloco A, térreo, Cidade Universitária - Almoxarifado Central da Decania do CT. Horário de entrega: das 08:00 às 16:00h, em dias úteis.

5.2.5. INSTITUTO DE BIOFÍSICA DA UFRJ - UG: 153145 - Endereço: Rodovia Washington Luiz, Km 104,5 - Santa Cruz da Serra - Duque de Caxias - RJ. No horário de 09:00 às 16:00h, nos dias úteis, no setor de almoxarifado, telefone: (21)2679-1018.

5.2.6. FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UG: 153133 - Endereço: Avenida Pasteur, nº 250 - Prédio da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, 2º andar - Sala 248 - Urca - Rio de Janeiro/RJ, no setor de Almoxarifado, aos cuidados do Sr. Marcos Nicácio - Telefone: (21)3938-5102. Horário de entrega: 14:00 às 19:00h de 2ª à 6ª feira.

5.2.7. DECANATO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - UG: 153137 - Endereço: Avenida Carlos Chagas Filho, 373 - CEP. 21941-590 - Almoxarifado.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **05 (cinco) dias**, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.2. Os lacres e selos de segurança das embalagens deverão estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Não mantiver a proposta.

11.2. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;

11.3. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

11.3.1. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a administração pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a união com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, iii e iv da lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a lei nº 9.784, de 1999.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2018

Brenda Ilana de Lima Camelo
Chefe da Seção de Compras

Aprovo o Termo de Referência, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2018

Cleide Lúcia Marques Theodoro
Superintendente de Gestão